

O DESAFIO À CONFIGURAÇÃO DO CONTROLE EM SOCIEDADES CONTEMPORÂNEAS: O MODO SUBVERSIVO DE PRÁTICAS SOCIAIS E SUA POTENCIAL CONTRIBUIÇÃO PARA UMA NOVA ORDEM

Rainer Randolph

Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da
Universidade Federal do Rio de Janeiro
Universidade Comunitária da Região de Chapecó/SC, Unochapecó
rainer.randolph@gmail.com

Despite the absence of a political echo, I continue to think that my vision of a revitalized political community designed to fit a human scale is the only genuine power capable of resisting the growing arrogance of transnational capital. (Friedmann, 1983)

Da perspectiva adotada no presente trabalho em relação ao controle social em “sociedades contemporâneas” espera-se uma adequada problematização e uma útil orientação na procura por caminhos alternativos de construção de uma nova ordem social e política¹. E, diga-se de entrada, sem ter a pretensão de apresentar um “projeto” (aliás, projeto de quem?) dessa nova ordem, mas indicar direções e etapas que podem levar à sua formulação quando satisfeitos certos condicionamentos. Sejam projetos, caminhos, direções ou etapas de mudança, os processos, como mais adiante será explicitado, são contingentes e precisam levar em consideração os contextos contraditório e antagônico da atual ordem na qual acontecerão. Esta se caracteriza por uma crescente perda de legitimidade democrática no contexto de maior diversidade social e complexidade técnica, o fortalecimento de um populismo “pós-verdade” e um avanço das forças do mercado que procura minar os mecanismos públicos de regulações de economia e sociedade.

Toma-se como pressuposto, para poder pensar no surgimento de novas ordens, a existência, em sociedades contemporâneas, de potencialidades sociais e políticas expressas na mobilização de forças cotidianas, capazes a questionar suas próprias condições de vida, atualmente tidas como imutáveis². A hipótese é que a lógica hegemônica de uma vigente ordem social pode ser superada apenas pela criação de arenas políticas e práticas sociais inclusivas e, ao mesmo tempo, contestatórias. Nessas se manifesta a natureza contraditória e conflitiva da atual sociedade onde - recorrendo a termos de Habermas - as dinâmicas do "mundo da vida" são

¹ Pensar numa “nova ordem” pressuporia, alguma noção daquela que será superada. Ao invés do termo ser objeto de uma apresentação explícita, natureza e características da atual ordem – na medida em que são relevantes para o presente estudo - serão introduzidas no decorrer da própria argumentação do trabalho.

² Esse pressuposto é nem trivial, nem óbvio; a questão da “força do cotidiano” é altamente controversa – vide a discussão a respeito de TINA (There Is No Alternative) -, mas não será objeto da atual discussão;

capazes a contribuir para questionar e transformar as estruturas hegemônicas do/no "sistema". Assim, abordagens de mudanças transformadoras, que visam uma ordem alternativa, terão que responder, necessariamente, a questões sobre como enfrentar, em prol da democracia e justiça social – valores adotados aqui -, interesses contraditórios e visões de mundo antagônicas.

O presente ensaio será iniciado por uma discussão a respeito de ações contestatórias no mundo de hoje que darão origem a uma diferenciação entre “ações de resistência” e “ações subversivas”. Trabalha-se com a hipótese de que ações de resistência, pelas suas características, não são capazes apontar a direção para uma nova ordem. Isto procura-se mostrar mediante de uma análise tanto de magnitude e profundidade desta mudança (“re-volução”) para superar a atual ordem como da insuficiência de atuais ações de transformação conseguir vencer este desafio.

Para esta argumentação serão escolhidas duas formas de planejamento enquanto modos de organizar ações às quais se se poderia atribuir algum potencial para gerar uma mudança na direção esperada. Serão investigados, brevemente, os modos colaborativo e agonístico do planejamento e seu potencial em enfrentar neoliberalização e globalização – duas características preeminentes da atual ordem social. Após constatar que lhes falta essa potencialidade, será argumentado que apenas formas mais radicais de ações de planejamento teriam este potencial quando procuram e conseguem potencializar as acima mencionadas forças do cotidiano. Assim, a última parte do trabalho será dedicada à indicação de perspectivas mais radicais de ações sociais e, especialmente, a suas formas subversivas.

Neste sentido, a hipótese do presente trabalho é que há de se procurar outras formas de dinâmicas e caminhos para transformar a sociedade (criar uma nova ordem social); identificar – nos problemas atuais – outras potencialidades e caminhos de tornar mudanças duradoras (sustentáveis) e concretas (realiza-las). São essas potencialidades do presente (“forças”, “energias”) cuja mobilização, dialeticamente, determinará o resultado da sua realização; ou, olhando do “outro lado” da dialética, como a própria realização (parcial) determinará a presentificação das potencialidades.

Breves observações sobre ações contestatórias contemporâneas – o que se poderia chamar de “subversivo”?

Numa recensão sob o instigante título “Resistência é rendição: o que fazer com o capitalismo” de um livro de Crichtley³, Zizek (2007) apresenta sua opinião sobre várias posições da esquerda em relação à hegemonia do capitalismo e da democracia liberal. No horizonte de uma impressão que o capitalismo seja indestrutível, como um vampiro que se levanta novamente após ser esfaqueado, o autor identifica, entre outras, as seguintes posições:

- uma, atribuída à social-democracia da Terceira Via que, ao aceitar a hegemonia, continua a luta por reformas dentro de suas regras;

- uma que aceita que a hegemonia está aqui para ficar, mas se deve, no entanto, resistir nos seus "interstícios";

³ Crichtley, 2012

- uma que reconhece a futilidade temporária de qualquer luta porque a verdadeira resistência não é possível. “Então tudo o que podemos fazer, até que o espírito revolucionário da classe trabalhadora mundial seja renovado, é defender o que resta do estado de bem-estar social, confrontando aqueles que estão no poder com *demandas que sabemos que eles não podem cumprir*”⁴;

- ou, uma outra consequência seria de se afastar de tudo para estudos culturais, onde se pode, silenciosamente, realizar um trabalho crítico;

- finalmente, uma posição que tem relevância direta para o raciocínio do presente trabalho e é inspirada pelo movimento zapatista, postula que se pode minar gradualmente o capitalismo global e o poder do Estado sem o ataque direto, mas direcionando o campo de luta para as práticas cotidianas, onde se pode "construir um novo mundo". Assim, em algum momento, o Estado entrará em colapso.

Para o autor, essas posições tentam encobrir que, na verdade, não há uma posição mais radical, mas uma derrota da esquerda nas últimas décadas. No entanto, a história também contém ainda outras lições da atuação de “esquerdas” como a dos comunistas chinesas e a contribuição do governo trabalhista de Tony Blair na Grã-Bretanha, por exemplo, que conseguiu tornar a caótica e impulsiva revolução neo-liberal de Thatcher em uma necessidade histórica, dando-a a forma consolidada de “thatcherismo”.

Em relação à perspectiva “pós-moderna”, Zizek se posiciona criticamente em relação à proposta de mudar a ênfase da luta anticapitalista (neoliberalização, globalização) e de exigir uma nova política de resistência. Seus defensores acusam aqueles, que ainda insistem em lutar contra o poder do Estado, de permanecer presos ao "velho paradigma": propõem resistir ao poder estatal retirando-se de seu terreno e criando novos espaços fora do seu controle.

Na sua leitura crítica da obra de Critchley, vinculada a esta última vertente, Zizek apresenta uma conclusão importante para o atual ensaio. Para ele a argumentação de Critchley mostra

que o estado democrático liberal de hoje e o sonho de uma política anárquica "infinitamente exigente" existem em uma relação de parasitismo mútuo: agentes anárquicos realizam o pensamento ético, e o Estado resolve dirigir e regular a sociedade. O agente ético-político anárquico de Critchley age como um superego, bombardeando confortavelmente o Estado com exigências; e quanto mais o Estado tenta satisfazer essas demandas, mais culpado ele é visto. Em conformidade com essa lógica, os agentes anárquicos concentram seu protesto não em ditaduras abertas, mas na hipocrisia das democracias liberais, que são acusadas de traírem seus próprios princípios professos.⁵

Para Zizek (2007), as grandes manifestações dos últimos anos como aqueles em Londres e Washington contra o ataque dos EUA ao Iraque demonstram essa estranha relação entre poder e resistência. Aqueles que estavam no poder aceitaram-nas com calma, e até lucraram com isso: os protestos não apenas não evitaram a decisão já tomada de atacar o Iraque; eles também serviram para legitimá-lo. Assim, a reação de George Bush às manifestações em massa protestando contra sua visita a Londres foi: "Vejam, é por isso que estamos lutando, de modo

⁴ Zizek, 2007; tradução e destaque nosso

⁵ Zizek, 2007, p.7, tradução nossa

que o que as pessoas estão fazendo aqui - protestando contra a política do governo - será possível também no Iraque!"

Manifestando-se com certa simpatia em relação ao chavismo na Venezuela daquela época – agarrar o Estado e usando-o impiedosamente –, Zizek finaliza o texto com uma lição que já se conhece de anarquistas e situacionistas.⁶ É de que

a coisa *verdadeiramente subversiva* é não insistir em demandas ‘infinitas’ que sabemos que os que estão no poder não podem cumprir. Uma vez que eles sabem que sabemos, uma atitude tão ‘infinitamente exigente’ não apresenta nenhum problema para aqueles no poder: ‘É tão maravilhoso que, com suas demandas críticas, você nos lembra em que tipo de mundo todos gostaríamos de viver. Infelizmente, nós vivemos no mundo real, onde temos que nos virar com o que é possível’.⁷

Então, o “verdadeiramente subversivo” seria, conforme este autor, fazer o contrário: bombardear aqueles que estão no poder com *demandas finitas estrategicamente bem selecionadas*, precisas, para os quais não podem ser encontradas as mesmas desculpas facilmente.

Neste sentido resistência e mobilização podem significar “rendição” como diz o título do texto do Zizek. Sem posicionar-se aqui a este respeito⁸, ele aponta que qualquer caráter subversivo de uma ação será dependente do conteúdo (contingente, em primeiro lugar) da demanda e de seu caráter estratégico.

Neoliberalização e globalização e seu projeto hegemônico

Na sua resposta às críticas ao seu artigo, Zizek (2007) reforça sua opinião que a esquerda não fornece uma verdadeira alternativa ao capitalismo global. Isto não quer dizer que este permanecerá aqui para sempre porque, em algum momento, não estará em condição de resolver os antagonismos que ele mesmo está produzindo. “But there is a gap between this negative insight and a basic positive vision. I do not think that today’s candidates – the anti-globalisation movement etc – do the job”.

Mas o que se pode fazer? Qualquer coisa que seja possível e impossível com uma dose de modéstia, evitando uma auto-satisfação moralizante. Mais importante do que o alcance de objetivos imediatos é o aumento e fortalecimento de uma consciência crítica e o encontro de novos caminhos para se organizar recomenda o autor.

Comumente, as responsabilidades de transformações sociais mais profundas, no século XX, são atribuídas a revoltas, insurgências e revoluções como eventos centrais e mais importantes. Mas, corroborando com os argumentos de Zizek, é necessário enxergar o risco já apontado aqui e anos atrás por Hakim Bey, dessas transformações serem, em muitos casos, apropriadas para mudanças que asseguraram a permanência ou mesmo o aprofundamento de injustiça e desigualdade social⁹. Ainda mais, hoje, processos de neoliberalização e financeirização colocam em risco a própria vida no planeta. Sob o domínio quase total destes processos, antigas

⁶ vide Bey, 1984; Vaneigem, 1967

⁷ Zizek, 2007: destaque e tradução nossos

⁸ Randolph, 2014

⁹ Bey, 1985

potencialidades e suas forças sociais e políticas de superação de problemas no passado – “energias utópicas”, como Habermas formulou em algum momento - foram se enfraquecendo e perdendo em importância.

Como mencionado antes, para identificar o desafio que representa uma mudança da ordem social é necessário ter alguma ideia da vigente (aqui seria necessário concretizá-la em tempo e espaço) que expressa o projeto hegemônico da nossa época. Sem poder aprofundar essa discussão aqui, contentarmo-nos em chamar a atenção para algumas características da neoliberalização.

Uma caracterização, como apresentada por Purcell¹⁰, permitirá introduzir, depois, uma compreensão ainda mais simples e sintética. Em suas palavras,

No imaginário neoliberal, mercados abertos e competitivos não apenas produzem a alocação mais eficiente de recursos, mas também estimulam a inovação e o crescimento econômico. Essa característica poderia ser chamada de *aspecto laissez-faire* do neoliberalismo. As lógicas de mercado e a competição devem ser fomentadas na economia e estendidas além da economia, para instituições como Estado, escolas, hospitais e assim por diante. Além disso, como os neoliberais veem as políticas governamentais como o principal impedimento aos mercados competitivos, eles querem que o Estado "saia do caminho" tanto quanto possível, eliminando as regulamentações que inibem o capital. No entanto, mesmo que a doutrina neoliberal proponha um Estado mínimo, as práticas atuais de neoliberalização exigem intervenção estatal significativa para facilitar a acumulação de capital. Assim, existe um *aspecto aidez-faire* do neoliberalismo em que o Estado se mobiliza para ajudar ativamente o capital, além de simplesmente sair do caminho.

Dessa breve citação é possível extrair alguns pontos simplificados a respeito da compreensão das forças antagônicas nas sociedades neoliberais, da natureza das contradições existentes e dos projetos hegemônicos responsáveis pela dinâmica das forças sociais, políticas, econômicas, culturais, enfim, toda manifestação de vidas sociais e pessoais.

A concepção da neoliberalização, apresentada por Purcell, postula que economia e Estado estejam submetidos à mesma lógica de acumulação de capital; porém de maneiras diferentes, porque cabe ao Estado fornecer alguma legitimação (político-administrativa) para a reprodução do sistema e da sociedade em sua totalidade. Sua fala que a “lógica de mercado” deveria ser estendida para “além da economia” – ou seja, instituições como escolas, hospitais e outros – pressupõe, implicitamente, que essas instituições - e a própria vida – e reconhece que essas instituições (e a vida) não estejam direta e completamente submetidas a lógicas competitivas e de mercado. Além disso, como ele argumenta, o crescente controle do capital sobre a vida social “é o resultado direto da agenda neoliberal em sua forma mais pura”¹¹ e está intimamente relacionado a um *déficit democrático*.

Sem buscar uma justificativa e compreensão mais profunda de antagonismos e contradições fundamentais do neoliberalismo e seu projeto hegemônico, pode se distinguir uma diferenciação entre duas esferas numa sociedade capitalista. Imposto pelo neoliberalismo, a consolidação de uma se faz a “custo” do enfraquecimento da outra: o reino privado do mercado e a lógica instrumental na economia que integra as pessoas como trabalhadores e consumidores, por um lado, e uma esfera pública constituída pela relação entre instituições burocráticas do

¹⁰ 2009, p. 142, tradução e destaque nossos

¹¹ Purcell, 2009, p. 144

Estado com os mundos da vida, por outro, onde os processos sociais, políticos e culturais ainda não se submeteram a lógicas mercantis e instrumentais.

É neste reino da vida cotidiana onde relações sociais e mobilização política acontecem fora de economia e Estado. Mas, apesar das contradições entre essas lógicas, as esferas não são independentes; ao contrário, como observado por Purcell, há uma ameaça permanente de mercado, burocracia e lógica instrumental para extinguir as genuínas lógicas "comunicativas" (ou "concretas") no mundo da vida. É a exacerbação desse antagonismo ou contradição que ameaça a própria vida que é característica de sociedades neoliberais com seu projeto hegemônico de transformar todas as manifestações societárias em mercadorias (valores de troca). Este processo de tentativa de submissão de uma lógica concreta-comunicativa a uma formal-abstrata pode se chamar *colonização neoliberal do mundo da vida* como foi feito por vários autores¹².

E, como Habermas e outros autores podem ser interpretados, o “calcanhar de Aquiles” do neoliberalismo e do capitalismo em geral é este mundo da vida com suas práticas cotidianas concretas. Atribuem às práticas cotidianas uma potência capaz de produzir profundas transformações em sociedades contemporâneas. São práticas de orientação na vida diária e sustentação das relações sociais do dia-a-dia que estão no coração de transformações sociais muito antes delas serem reconhecidas.¹³ Trata-se de ocorrências fugitivas e não de eventos de revelação que acontecem de repente.

A identificação dessas transformações sociais – que, no seu início, nem podem ser nomeadas precisamente - exige uma atenção afiada em relação a processos que criam mudanças na vida comum não na base de razão e crença, mas na percepção e esperança; não em relação à produção de sujeitos e de subjetividade, mas à vivência e experiência de vida.¹⁴

Mas, obviamente, nem todas as práticas tem este poder; o que levanta a seguinte questão: o que torna algumas dessas práticas e ocorrências cotidianas transformadoras e muitas outras não? Uma primeira resposta seria, como já mencionado antes, que as práticas transformadoras poderiam ser aquelas que, “bombardeiam aqueles que estão no poder com *demandas finitas estrategicamente bem selecionadas*, precisas, para os quais não podem ser encontradas desculpas” para serem ignoradas e, com isto, se voltam contra a hegemonia liberal e avançam “*pequenos pedaços*” em direção a uma nova ordem social.

Planejamentos colaborativo e agonístico e a luta contra o projeto hegemônico do liberalismo

Dentro dessa perspectiva, lutas contra hegemônicas – comprometidas com um horizonte para uma nova ordem social - são aqueles que confrontam e ameaçam a neoliberalização e os processos de colonização neoliberal. Portanto, em analogia, concordamos com a opinião de Purcell¹⁵, que: “o que o projeto neoliberal requer são práticas de tomada de decisão que são

¹² No presente trabalho a principal referência é Habermas como discutido em Randolph (2015).

¹³ Papadopoulos, Stephenson & Tsiano, 2008

¹⁴ *Idem*

¹⁵ Que aqui fala, ao contrário, das limitações de diferentes abordagens de planejamento de não desafiar fundamentalmente as relações existentes do poder.

amplamente aceitas como 'democráticas' mas que desafiam fundamentalmente as relações existentes de poder".¹⁶ Exigência quase impossível de ser pensada.

A questão (desafio) é imaginar como lutas contra-hegemônicas possam ser possíveis sob circunstâncias do avanço da neoliberalização e globalização. Uma vez que se pretende usar determinadas práticas e modos de planejamento para exemplificar esta discussão, pergunta-se quais formas de planejamento e governança a ser apropriadas para apoiar, promover ou até encorajar essas lutas. Será mesmo que existem?¹⁷

Será aproveitado, aqui, uma elaboração realizada em outro lugar¹⁸ a respeito da dimensão política de duas abordagens de planejamento e suas contribuições a formulações e realização de propostas contra-hegemônicas: a primeira, colaborativa, que teve seu fundamento último em concepções habermasianas¹⁹; e uma segunda, agonística, que foi elaborada a partir de uma visão de Chantal Mouffe²⁰ a respeito do antagonismo em sociedades contemporâneas.

Ao começar com a perspectiva colaborativa, existe uma literatura bastante significativa que adota uma visão crítica a respeito da capacidade de o planejamento colaborativo desafiar a globalização e a neoliberalização. Segundo Purcell (2009), abordagens de planejamento comunicativo e colaborativo não apenas não são capazes de enfrentar a neoliberalização; pelo contrário, "fornecem uma maneira extremamente atraente para os neoliberais manterem a hegemonia enquanto asseguram a estabilidade política"²¹.

Em geral, na medida em que estão enraizados em um ideal habermasiano de ação comunicativa, "a teoria e a prática do planejamento têm maior probabilidade de apoiar a agenda neoliberal do que de resistir a ela"²². Ele argumenta a favor de uma alternativa democrática não enraizada na tradição liberal ou deliberativa, porque a resistência democrática ao neoliberalismo deve desafiar de forma explícita e direta as bases do projeto liberal. "Se os neoliberais conseguirem captar sua bandeira (democrática), não apenas sufocarão uma estratégia de resistência muito promissora, mas reforçarão sua atual hegemonia. Devemos, portanto, buscar a democratização que é inequivocamente inimiga da neoliberalização"²³.

Não é necessário aprofundar aqui os argumentos dos críticos que chegam até a atribuir ao planejamento colaborativo uma atitude ingênua. Como observou Mattila (2016), por causa de sua apropriação do ideal de consenso racionalmente motivado de Habermas há uma crítica às teorias de planejamento comunicativo, que está baseada na desconsideração como seus trabalhos mais recentes foram incorporados na teoria de planejamento. Neste livro²⁴ Habermas deixa claro que há realmente muito poucas questões em discursos políticos que sustentam a perspectiva de consenso, embora ele certamente atribua uma posição central precisamente a essas questões na regulação e coordenação de nossa ação coletiva"²⁵.

¹⁶ Purcell, 2009, p. 144

¹⁷ Randolph, 2014, 2015a

¹⁸ Randolph & Frey, no prelo

¹⁹ Habermas, 1981, 1997-original 1991

²⁰ Mouffe, 2005

²¹ Purcell, 2009, p. 140, tradução nossa

²² Purcell, 2009, p. 147, tradução nossa

²³ Purcell, 2009, p. 147, tradução nossa

²⁴ Habermas, 1997-1991

²⁵ Mattila, 2016, pág. 755, tradução nossa

Por outro lado, a concepção do planejamento agonístico²⁶, inspirada por Mouffe e o pluralismo agonístico, prevê a transformação de inimigos em adversários como uma das suas características fundamentais de uma abordagem democrática contra-hegemônica, Purcell rejeita essa possibilidade porque sua capacidade de cooptar e incorporar resistência democrática à abordagem agnóstica não permitirá "desafiar diretamente as fundações do projeto neoliberal"²⁷. Portanto, como acabamos de citar, ele insiste na necessidade de "buscar a democratização que é inequivocamente inimiga da neoliberalização"²⁸.

Ao entender a luta entre práticas e lógicas instrumental e comunicacional como expressão de antagonismos subjacentes nas sociedades (neo)liberais, o desafio para a abordagem agonista parece ser o seguinte: como tornar possível que esse antagonismo não resulte em uma luta entre forças antagonistas (inimigos)? De fato, como mostram experiências históricas de revoluções, insurreições e outros movimentos radicais, havia maneiras de agir "contra o sistema" como um "inimigo" e não como um adversário o que pode ser visto como prejudicial para um projeto agonístico do planejamento.

Não obstante estas críticas a respeito de sua inadequação para contrariar o projeto neoliberal como um todo, dirigidas contra os planejamentos tanto colaborativo como agonístico, há de se reconhecer os avanços em relação a muitas outras abordagens porque contemplam o planejamento na sua dimensão política. Ao mesmo tempo, não se pode negar um potencial significativo especialmente da proposta colaborativa de promover mudança nos processos de planejamento e tomada de decisão que contribuíram para uma significativa melhoria das condições de vida especialmente daqueles que foram tradicionalmente excluídos.

Ações contra-hegemônicas no cotidiano: abrindo caminho para uma nova ordem social?

Em termos da acima mencionada compreensão do caráter antagônico / contraditório do neoliberalismo, as confrontações com a colonização, promovida por economia e burocracia, surgem nos âmbitos privado e público na medida em que os agentes sociais se recusam a serem tratados pela lógica abstrata / instrumental nas suas formas econômicas e burocráticas ou se levantam contra essas lógicas para fortalecer relações sociais e políticas.

É neste contexto que inserimos, em publicações anteriores, a ideia de "ações subversivas" conforme as encontramos agora na leitura de Zizek e sua reflexão crítica do livro de Crichtley. Não é uma política anárquica "infinitamente exigente" que mostra as limitações de atendimento de demandas (pelo mercado e pelo Estado). Como o autor disse, esse agente ético-político afrontou o Estado com exigências que não o incomodaram. Procurando atuações contra-hegemônicas exige uma mudança de perspectiva.

Como explicitado anteriormente, para Zizek²⁹ o "verdadeiramente contra hegemônico" – que seria o "verdadeiramente subversivo" – seria confrontar os sistemas com demandas *precisas*,

²⁶ Hillier, 2003

²⁷ Purcell, 2009, p.14. tradução nossa

²⁸ Purcell, 2009, p.147

²⁹ Zizek, 2007, p. 7

finitas e estratégicas para as quais não apenas não tem soluções, mas também não encontra desculpas para sua falta.

No presente trabalho, interpreta-se, em primeira aproximação, essa posição de Žizek da seguinte maneira: diferentemente das formas de lutas diretas contra um projeto hegemônico, as ações “subversivas” são denominadas aquelas que, na esfera pública, têm duas propriedades: (i) estão enfrentando tentativas de “colonização” político-administrativa de forma indireta e, estrategicamente, voltadas contra a dominação fundamental da neoliberalização, *enfraquecendo-a*; isto é, desta forma dirigidas contra a expansão das lógicas burocráticas-instrumentais para o reino dos mundos da vida e suas relações sociais e políticas; (ii) e possuem a potencialidade de fortalecer lógicas comunicacionais orientadas para o valor de uso contra valores instrumentais de troca. E, assim, contribuindo estrategicamente para o *fortalecimento* daquelas demandas que se originam no cotidiano das pessoas. Enfraquecer e fortalecer são os dois lados da “mesma moeda”.

As formas concretas que essas ações e demandas podem assumir são as mais variadas. Que eles são, tendencialmente, possíveis se deve a uma unidade dialética das sociedades capitalistas onde, apesar das contradições entre sistemas e mundo da vida, um lado não existe sem o outro. O mundo da vida das atuais sociedades capitalistas é tão um “resultado” de um processo histórico como são os sistemas. Identificar o escopo de uma ação, definir suas limitações com precisão e determinar seu alvo (sua estratégia) há de acontecer dentro do âmbito do mundo da vida. E dependerá da sua capacidade em questionar hegemonias vigentes, se ações podem ser consideradas subversivas; ou serão, na melhor das hipóteses, inócuas.

Como Melucci diz: "Eu defino analiticamente um movimento social como uma forma de ação coletiva (a) baseada na solidariedade, (b) envolvida em um conflito e (c) *quebrando os limites do sistema no qual a ação ocorre*"³⁰. Formulada de outra maneira: identificar um objeto, um conflito; determinar os envolvidos e formas da ação; reconhecer o potencial de quebrar limites do sistema: estes são momentos que são intrínscas e mutuamente relacionados para formar uma ação subversiva.

Os apontamentos de Papadopoulos, Stephenson & Tsiano (2008) reforçam esta colocação: os momentos mais cruciais da transformação social acontecem *quando as pessoas ignoram, desrespeitam ou mesmo desobedecem às normas e regras (as lógicas) que se impõem aos seus cotidianos* sem nomear essa sua prática (ou essa ser nomeada por outros) *como tal, ou seja, como contra-hegemônica*. Como estas práticas são inseridas num contexto social e institucional de controle que, tendencialmente, age para aniquilá-las, apenas depois que o controle tentou – e não conseguiu – recapturar os efeitos dessas práticas pode se falar de “contra” algo (a hegemonia); em princípio, em momentos anteriores esse caráter das práticas parece quase imperceptível. É assim que essas atividades podem ser compreendidas como um modo de mudança social que é simultaneamente evasivo e desafiador para a configuração atual do controle.

³⁰ Melucci, 1985, p. 795, grifos nossos

Subversão como ação contra-hegemônica e sua apropriação da linguagem, do tempo e do espaço

Pretendíamos lograr, no decorrer da argumentação até aqui, uma primeira aproximação ao termo “subversão” através de uma breve reflexão de Zizek, identificar as características do projeto hegemônico do neoliberalismo que julgamos relevantes para a atual discussão e perceber que mesmo ações planejadas com um certo potencial de se opor às contradições/antagonismos deste projeto não parecem capazes de mostrar caminhos para um novo projeto (uma nova ordem) na medida em que acabam sendo apropriados pela ordem vigente. Procuramos justificar, com isto, que uma das formas de ações contra-hegemônicas ao domínio da ordem neoliberal vigente pode ser aquela denominada “subversiva”. Essa compreensão é compartilhada por outros autores.

A partir de uma apropriação às ideias de Habermas³¹, subversão poderia ser concebida como um potencial que tem sua origem exatamente naquilo que a quer destruir: surge, dialeticamente, por causa da lógica intrínseca contraditória das sociedades capitalistas enquanto manifestação dessas contradições. Tem como corolário básico a tendência de (relativa) indestrutibilidade das tradições sociais, da socialização dos agentes e da formação das suas personalidades que apenas são produzidos e reproduzidos (enquanto produtos e produtores) *enquanto instituições* na base de uma ação comunicativa entre agentes sociais³²; ou seja, fora dos sistemas, mas não independentemente deles, como já discutido anteriormente.

Neste sentido, o mundo da vida constitui o “quadro institucional” de uma sociedade (capitalista) que, em sua totalidade, está completamente atravessada por contradições que até ameaçam, tendencialmente, sua própria existência, pois os sistemas não conseguem reproduzir essa sociedade exclusivamente. É neste sentido, como descrito mais adiante, que, aparentemente de forma contraditória, essa reprodução, sempre ameaçada por crises (“produtivas” para os sistemas, de alguma maneira) necessita ser questionada e criticada para se renovar. Como Zizek, Purcell e outros autores alertaram para o potencial “subversivo” de *forças de contestação* no/do mundo da vida, do cotidiano das pessoas, que apenas se realiza quando se opõem, conscientemente ou não, à dominação dos sistemas e de sua pretensão de se tornar totalitária.

Mesmo em uma perspectiva bem diferente, como a de Foucault, seria possível localizar nas últimas obras essa “força” no próprio sujeito; um “sujeito *subversivo* que contesta os sistemas hegemônicos de poder que, por sua vez, representam saberes prontos e inquestionáveis. Esse sujeito ousa saber por si mesmo, busca autonomia para sua construção, reinventa-se, sem precisar de tutelas”³³.

Há de se considerar que, como parte existencial desse processo de produção e reprodução, o próprio quadro institucional também sofre modificações internas que podem resultar de conflitos intrínsecos a ele e são, também, não apenas resultados da colonização. Certamente uma boa parte de mudanças na transmissão de tradições, formas de socialização e os resultados da formação de personalidades, se deve às próprias lutas contra a colonização, como se pode observar na História. Podem significar “lutas” contra ameaças de propagação de reificação,

³¹ Randolph, 2015a

³² Habermas, 1990

³³ Silva, 2011, p. 43; grifo nosso

coisificação, naturalização ou alienação, que são reflexos do mundo das mercadorias e das relações burocráticas³⁴.

A seguir, para escapar do TINA (There Is No Alternative), ou seja, da aparente falta de alternativas à lógica abstrata/instrumental, pretende-se avançar mais um passo na determinação de ações ao indicar três condicionantes fundamentais da vida social que podem ser consideradas, assim, estratégicas para iniciativas de subversão: tempo, espaço e linguagem.

Um primeiro debate sobre o “caráter estratégico” de tempo e espaço para ações subversivas encontra-se em outro lugar³⁵ e será retomado, brevemente, na última parte do presente texto. Antes disto, a discussão sobre a linguagem e a racionalidade comunicativa expandida vai esclarecer uma (quase) anomia: como lutar contra a colonização do cotidiano por economia e burocracia sem usar suas armas (instrumentos)? Como formular uma nova ordem social (hegemonia) sem lançar mão de velhas formas de resistências, insurgências e revolução?

Atos subversivos e racionalidade expandida da comunicação

A discussão sobre (duas) diferentes racionalidades de atos de fala será um dos pontos-chaves para identificar a contribuição da linguagem para a conformação de atividades subversivas. Em um trabalho anterior³⁶, levantamos a hipótese que há um *potencial subversivo* na racionalidade comunicativa. Essa posição parece-nos válida ainda, se bem necessita de uma maior explicitação e certa relativização.

É importante frisar que essa hipótese não se refere à formação de consensus através da racionalidade comunicativa; e lembrar que o próprio Habermas, em seus trabalhos mais recentes, deixa claro que há limitações para a validade da perspectiva de consenso. Mas, como se viu antes, mantém a posição que ações coletivas são importantes para a regulação e coordenação da vida social³⁷.

Pois, para o próprio Habermas ~~colocou~~, comunicativo e subversivo estariam em contradição (aparente?), se o subversivo for identificado com o estratégico, como apareceu no debate travado por Žižek. Torna-se problemático, neste sentido, qual seria uma “racionalidade” da ação subversiva ou do “agir subversivo” que surge do mundo da vida (do agir comunicativo). Como ela expressa alguma estratégia ou tem, de alguma forma, um “objetivo instrumental” de combater a racionalidade instrumental, como ela mesma não se tornaria *é* instrumental? Quais as armas desse “combate”? Será que opor-se à lógica instrumental-abstrata não exige entrar nessa mesma lógica?

Para responder ao desafio expresso naquelas perguntas, retoma-se aqui uma reflexão³⁸ sobre características de práticas, atividades ou mesmo de agir e atos subversivos que procurou suas referências conceituais, novamente, em Habermas (1990). Encontra, no autor, uma

³⁴ Feenberg, 2014, posição. 5692 *et seq.*

³⁵ Randolph, 2017

³⁶ Randolph, 2015a

³⁷ Mattila, 2016

³⁸ Randolph, 2015a

racionalidade “expandida”³⁹ a partir da *uma guinada pragmática e do abandono da “verdade” e da distinção tradicional entre “fato” e “valor”*.

Baseia-se num conceito de “validade” que não se refere à relação da linguagem com o mundo objetivo (ou seja, à questão do “fato” e da “verdade”). Em outras palavras, pretensões de validade em atos de fala (comunicações) não são mais dirigidas a condições de verdade e, com isto, não dizem mais respeito à relação da linguagem com o mundo objetivo⁴⁰. Isto tem profundas consequências para o planejamento⁴¹ onde “razões” pragmáticas não eram acessíveis a uma racionalidade orientada por objetivos. Manifestações de valores, intenções, motivos, crenças etc. não podiam ser tratadas “racionalmente” dentro de uma lógica instrumental, abstrata e positivista. São essencialmente fenômenos oriundos do mundo da vida e só podem ser compreendidos dentro do âmbito da sua lógica comunicativa – o que os torna de caráter profundamente “irracional” e impossível a serem acessíveis a um debate e ação racional⁴².

Com essa “guinada pragmática” e a elaboração de uma pragmática formal mostra Habermas que a lógica comunicativo-concreta que rege o mundo da vida não pode ser compreendida através de uma mera “semântica” da verdade dos atos de fala (relacionada à “correspondência” entre fala e mundo objetivo) que se torna estreita demais; o que estão em jogo são as pretensões de validade embutidos nos atos de comunicação (falas), o que leva à introdução da *sinceridade subjetiva* e da *correção normativa* como conceitos fundamentais para o reconhecimento da sua validade.

Em outras palavras, uma “comunicação” – no sentido da racionalidade comunicativa – é apenas válida (merece ser chamado assim na medida de ser uma “comunicação” – e não apenas uma troca de informação) sob a presença de determinadas condições. Em princípio, não são tão diferentes da racionalidade comunicativa “estreita”; só o que regula a relação entre falantes e destinatários não é mais a “verdade”, mas a *sinceridade*

É que existe simultaneamente uma relação com o mundo subjetivo (do falante) configurado pela totalidade de experiências vivenciais, às quais se tem acesso de modo privilegiado, e uma relação com o mundo social (do falante, ouvinte e outros membros) configurado pela totalidade das relações interpessoais tidas como legítimas. (...). Com suas ações de fala, os participantes da comunicação referem-se a algo no mundo subjetivo, social ou objetivo; no entanto, o modo de se referirem ao mundo subjetivo e social difere do modo como encaram o mundo objetivo. O tipo de referência revela que esses conceitos de mundo só podem ser utilizados num sentido analógico: os objetos não são identificados da mesma maneira que as experiências vivenciais que eu manifesto ou dissimulo num enfoque expressivo como sendo “especificamente minhas” como também diferem das normas reconhecidas ‘por nós’, que nós seguimos ou infringimos num enfoque conformista.⁴³

Portanto, a sinceridade subjetiva e a correção normativa são os dois pilares da uma *racionalidade comunicativa expandida*. Nessa compreensão do pragmatismo, há uma “analogia” com a verdade, mas não uma distinção entre verdadeiro e falso. Simplificando, atos

³⁹ em relação ao planejamento, essa “expansão” cria uma outra racionalidade que permite romper com seu paradigma positivista-instrumentalista– voltado para “fatos” – e incorporar nele, como prática essencial, o debate sobre valores, normas, regras, motivações etc.;

⁴⁰ Randolph, 1995

⁴¹ Randolph, 2015a

⁴² Brown, 1987

⁴³ Habermas, 1990, p. 124 et seq., grifos do autor

de fala são proferidos de modo sincero quando, na perspectiva dos participantes, o falante realmente quer dizer aquilo que diz. Ou, de modo insincero, em caso contrário.

Pode se concluir dessa rápida reflexão que, quando se falou antes do caráter estratégico da ação subversiva, este não deve ser confundido com a contradição do agir comunicativo ao agir estratégico. Continua válido que a concepção de que o exercício do poder numa sociedade capitalista realiza-se por mecanismos que são genuinamente “estratégicos” – ou seja, por ações que não revelam suas intenções verdadeiras -, e está claramente situada nos sistemas. Ações de falas proferidas nesses ambientes – como o é do planejamento – não podem ser considerados sinceros, nem corretos, apesar de procurarem criar uma impressão de serem “verdadeiras”.

Neste caso, a pretensão de validade normativa encolhe-se, transformando-se numa crua pretensão de poder, apoiada num potencial contingente de sanção, não mais regulado convencionalmente e não mais deduzível gramaticalmente. Como diz Habermas, a expressão “mãos ao alto!” proferida pelo assaltante de banco, que aponta o revólver para o caixa, exigindo a entrega do dinheiro, mostra de modo dramático que as condições de validade normativa foram substituídas por condições de sanção. A dissolução do fundo normativo mostra-se sintomaticamente na estrutura da ameaça, que no agir estratégico assume o lugar da seriedade e da sinceridade do falante, pressupostas no agir comunicativo⁴⁴.

Para destacar a duplo sentido do estratégico nesse debate deve se observar que o acima mencionado agir estratégico (como oposição ao agir comunicativo) possui um status derivado do agir instrumental. Ao contrário, o caráter “estratégico” de uma ação subversiva está, como será mostrado a seguir, relacionado à lógica e ação comunicativa expandida.

Características (da preparação) de ações subversivas

Após essa explanação e ao adotar a guinada pragmática introduzida por Habermas, será possível qualificar práticas e atividades como “subversivas” – ou não. De fato, não se trata aqui de identificar ações concretas de intervenção subversiva, mas dos seus condicionantes de preparação (de alguma forma, seu “planejar”).

Uma primeira determinação é que nos contatos entre os agentes do mundo da vida na preparação e, posterior, execução de ações subversivas não se pode recorrer a uma pretensão de “verdade” de qualquer interpretação de uma determinada situação. Apelar a essa “verdade” (objetiva) é, aliás, uma estratégia muito comum nas tentativas de colonização quando os “especialistas” se advogam ser os “donos” da verdade, inclusive apoiando-se em conhecimento científico.

A “verdade” (pragmática) de qualquer ação – também a subversiva - depende das relações de sinceridade e correção normativa entre aqueles agentes do mundo da vida que a preparam para uma ação subversiva – aí se percebe a importância das condições de delimitação para uma ação subversiva, apontadas acima. Preservar sinceridade e correção é essencial para não colocar em risco a própria força de uma subversão, que tem sua origem, em última instância, no reconhecimento coletivo – por meio da racionalidade comunicativa expandida – da contradição entre mundo da vida e sistemas (ou, entre lógica comunicativa e lógica instrumental). A falta de sinceridade subjetiva e correção normativa na decisão sobre ou da adesão a uma ação

⁴⁴ Habermas, 1990, p. 134

subversiva levará infalivelmente à infiltração de uma racionalidade latentemente estratégica onde certos objetivos se tornarão meio para o alcance de determinados fins. Essa forma de “instrumentalizar” relações significa trair a causa da subversão porque resulta em apoio à colonização (avanço da racionalidade instrumental).

Há outra aparente dificuldade do agir subversivo não adotar uma logica instrumental porque no momento da interação, o agir subversivo se assemelha, aparentemente, ao agir instrumental: o agir tem um fim – que é a subversão – e necessita de certos meios para seu alcance. Mas, o que pode aparecer como ambíguo ou híbrido num primeiro momento, se mostra como uma profunda diferença entre colonização e subversão.

Pois, no primeiro momento de elaboração da “verdade pragmática”, a possível ação precisa assegurar a racionalidade ampliada de comunicação; no segundo momento da execução e confronto com o sistema, a “eficácia” da ação enquanto subversiva depende, em boa parte, da impossibilidade do sistema poder usar seus chaves de interpretação para incorporá-la na sua lógica como mostram os exemplos que Zizek trouxe. Em princípio, parece que essa eficácia depende da importância estratégica que o questionamento tem para o sistema e a impossibilidade de neutralizá-las por meios de controle e repressão.

Uma falta de “resposta” por parte do sistema (economia e burocracia) não se deve a falhas subjetivas de determinados agentes, mas é estruturalmente determinada com “ponto cego” porque apenas o “agente do mundo da vida” – como antigamente o proletariado – tem condições de compreender a sociedade na sua totalidade (especialmente na sua totalidade contraditória); o “agente do sistema” interpreta a sociedade a partir de sua perspectiva instrumental e, assim, a entende apenas parcialmente. Nos termos de Habermas, essa própria indeterminação da linguagem permite sua apropriação “estratégica” para criar, proposital e “comunicativa”-mente, mal-entendidos dirigidos a subverter ações criadas por meio de uma racionalidade instrumental.

Como já mencionado anteriormente, supõe-se que o cotidiano das pessoas está pleno desses “desvios” em termos de compreensão e produção de incompreensões propositais que protegem a racionalidade comunicativa dos avanços da racionalidade instrumental. Não se trata de um combate aberto entre essas duas racionalidades, mas de uma verdadeira “subversão” diária de regras, ordens e orientações, na esfera privada, que são imposições dos sistemas à vida das pessoas. Aqui, como também no caso de um agir subversivo na esfera pública, não se trata de entrar numa “luta simbólica” entre diferentes concepções ou propostas ou, eventualmente, “ganhar” tal disputa, mas apreender os jogos e suas regras para poder desrespeitá-los.

O caráter comunicativo da subversão pode tomar a forma de um “entendimento indireto” que prepara as condições para a comunicação, como foi apontado por Habermas (1990). Não necessariamente o agir subversivo precisa surgir preparado por grandes mobilizações e movimentos de comunicação e compreensão mútua onde são asseguradas, minimamente, condições de sinceridade e correção; a partir de algum núcleo, ele pode se ampliar e fortalecer quando reconhecida sua base de sinceridade e correção – e, assim, de sua “verdade pragmática” baseada numa “relação com o mundo subjetivo (do falante) configurado pela totalidade de experiências vivenciais, às quais se têm acesso de modo privilegiado, e uma relação com o mundo social”, como disse Habermas (1990).

Além das distinções, apontadas entre agir subversivo e agir comunicativo, há uma diferença fundamental entre ações colaborativas e subversivas em relação à compreensão das contradições que atravessam as sociedades capitalistas.

Em relação à perspectiva colaborativa, contradições tinham sido identificadas na relação (dialética) entre duas racionalidades que orientam e estruturam duas esferas das sociedades capitalistas. O planejamento comunicativo e colaborativo não ignora completamente essas contradições, mas vê a possibilidade de uma certa “mediação” – através da ação comunicativa – entre as duas racionalidades.

Por sua vez, o agir subversivo se vale exatamente dessas contradições para seus propósitos de transformação da sociedade não no sentido instrumental (em termos da racionalidade estratégica), mas usando oportunidades de reverter a atuação do sistema contra si mesmo. Portanto, como já argumentado anteriormente, a “subversão” se deve dirigir às expressões concretas, mas estratégicas dessas contradições que se expressam de uma forma variada em diferentes *contextos sociais, temporais e territoriais*. Tendo como referência a contradição, as maiores potencialidades de subversão se encontram na vida diária e na experiência cotidiana daquelas classes ou segmentos sociais que, na sua experiência concreta, conseguem perceber as contradições – que se expressam, muitas vezes, através do desencontro entre discursos oficiais da burocracia (do Estado) e sua atuação concreta, mas são permanentemente escamoteadas pelo próprio sistema por meio de mecanismos de atendimentos seletivos.⁴⁵

Ações subversivas, transformação social e uma ordem diferente

O aspecto do tempo, como acima brevemente mencionado, se constitui – ao lado do espaço – outro elemento “estratégico” para a subversão. Veja-se sua relação com a insurreição para qual, apesar de seu caráter mais fugitivo, Bey (1985) não descarta a possibilidade de uma transformação:

Pois, estes momentos de muita intensidade dão forma e sentido à totalidade da vida. O *mago* volta – não se pode ficar no topo do telhado para sempre –, mas as coisas mudaram, deslocamentos e integrações ocorreram – uma diferença foi realizada.⁴⁶

Se a insurreição é um “momento fora do tempo”, ações subversivas não só estão “dentro do tempo”, mas contribuem, substancialmente, para a “(re)construção do tempo”, pois estão imbricadas *nas* e dependentes, inseparavelmente, *das* contradições fundamentais da sociedade. Por isso, uma das características mais importantes do “agir subversivo”, mesmo quando não combate explicita e abertamente a lógica instrumental, o avanço do processo de abstração (mercantilização e burocratização), em síntese, a colonização interna da sociedade, é que resulta numa transformação mais duradora da relação entre mundo da vida e os sistemas. Essas transformações não se restringem apenas àquela “diferença” de deslocamentos e integrações acima relacionadas. Trabalhamos com a hipótese (uma “potencialidade”) de que o caráter contraditório da sociedade (que deixa os sistemas vulneráveis) não pode evitar que ações subversivas apenas contra suas realizações concretas (que não pode deixar de produzir) terão consequências, a médio e longo prazos, para a reprodução de sua lógica instrumental-abstrata.

⁴⁵ Offe, 1984, p. 163; Randolph, 2015b

⁴⁶ Randolph, 2014, p. 43, grifo do autor

Com isso se chega a um ponto crucial que diz respeito à temporalidade e espacialidade dessas ações. Sem poder aprofundar isto neste instante, o “tempo”, como “recurso estratégico” da sociedade capitalista, é objeto privilegiado de colonização do cotidiano e, neste sentido, merece uma atenção privilegiada também de ações subversivas. O mesmo pode ser dito em relação ao “espaço” que constitui uma “arena” das mais promissoras para ações subversivas.

Em síntese, qualquer prática de subversão precisa partir da compreensão e do reconhecimento concreto, através de experiências e de práticas, das contradições da sociedade. E, diante do caráter real-abstrato dessas contradições, precisa encontrar formas de atuação concreta que denunciem esse caráter, o desafiem e nele impõem mudanças que não cheguem a confrontar, diretamente, a ordem estabelecida, mas que comecem a “erodir” e, em caso melhor, “implodir” os processos de colonização interna e sua lógica instrumental-abstrata.

Sem ter condições de prever o surgimento de uma nova ordem (específica ou não), uma referência a reflexão de Lefebvre sobre as contradições do “espaço abstrato” e da passagem para um “espaço diferencial”⁴⁷ pode ajudar para imaginar tal “futuro”. Pode-se levantar a hipótese que uma transformação radical da sociedade capitalista não levará a uma inversão de hegemonia e domínio ao ponto que a lógica ou racionalidade comunicativa-concreta ocupe o lugar da lógica instrumental-abstrata. Mas, pode surgir uma racionalidade nova que seja, de alguma maneira, “diferencial”. A discussão sobre a lógica comunicativa expandida mostra como a virada pragmática permite compreender os processos de outra maneira.

Que estes processos exigem uma investigação mais aprofundada mostram exemplos dos fins dos anos de 1960 onde uma mera “revolução do cotidiano”, como diz Vaneigem e como já foi assinalado por Žižek, não foi suficiente para inaugurar uma nova sociedade. Passaram-se 60 anos, e os levantes que Vaneigem acompanhou em Praga, Estocolmo, Gdansk e tantos outros lugares não resultaram nas mudanças esperadas. E aí ele se fica questionando porque aquela luta não foi se intensificando, mesmo quando a miséria se mostrou universal naquela época. E, responde que

isto aconteceu por que não se superou as razões particulares das lutas – “a fome, as restrições, o tédio, doença, ansiedade, isolamento, o engano. E, ao não conseguir superar a percepção dessas razões como particulares, não foi revelada ou reconhecida a *profunda racionalidade* dessa miséria, seu vazio omnipresente sua chocante *abstração* opressiva”. Como diz Vaneigem, pela miséria devem ser responsabilizados “o mundo do poder hierárquico, o mundo do Estado, de sacrifício, de câmbio e do quantitativo - a mercadoria como vontade e como representação do mundo ”.⁴⁸

Mesmo assim, não se deve considerar essa experiência um “fracasso” ou uma razão para deixar de acreditar na possibilidade da subversão. O raciocínio de Vaneigem mostra-se bastante parecido com aquele aqui apresentado, quando se pressupõe que a ação subversiva não deva ser corrompida e não abandonada “sua racionalidade própria que não é uma abstrata mas concreta substituição da forma universal e vazia, da mercadoria. É a realização da arte e da filosofia na vida diária de todos que permite uma objetificação não alienante”⁴⁹.

E Vaneigem continua

⁴⁷ Lefebvre, 2013, p. 385 *et seq.*

⁴⁸ Randolph, 2014, p. 46, grifos do autor, tradução nossa

⁴⁹ Randolph, 2014, p. 47, grifo no original

A força e extensão de uma linha de racionalidade nasce do encontro deliberada de dois polos sob tensão. É a faísca que sai do golpe entre subjetividade, que extrai a vontade de ser tudo do totalitarismo de condições opressivas, e a maneira histórica fulminante do sistema generalizada de mercadorias.

Conflitos existenciais não são qualitativamente diferentes daqueles inerentes a toda a humanidade. É por isso que os homens não podem esperar controlar as leis que regem a sua história geral se eles não podem controlar simultaneamente suas próprias histórias individuais. *Se você vai para a revolução e negligenciar o seu próprio eu*, então você está indo para trás, como todos os militantes. Contra o voluntarismo e a mística da revolução historicamente inevitável devemos espalhar a ideia de um plano de ataque e meios, tanto racional e apaixonado, nos quais *as necessidades subjetivas imediatas e condições contemporâneas objetivas estão dialeticamente unidas*.⁵⁰

Propõe-se, aqui, uma reflexão sobre um “caminho de modificação social” – isto é, um caminho para construir um projeto para uma nova ordem – que não parte de uma proposta de um “ponto de chegada” a ser alcançado. E muito menos oferece-se alguma receita ou segurança de se chegar onde, talvez, nem se quer chegar - ao “admirável mundo novo”. Revoltas, insurgências ou até revoluções negligenciam, geralmente, a questão mais importante de todas: como começa essa transformação? Precisamos de uma “nova” estratégia?

Bibliografia

BEY, H. *The temporary autonomous zone*, 1985. Disponível em: <<http://hermetic.com/bey/taz3.html#labelThePsychotopology>>. Acesso em: 15 dez. 2014.

BROWN, R.H. Social planning as symbolic practice: toward a liberating discourse for societal self-direction. *International Journal of Sociology and Social Policy*, vol. 2, nº 1, 1987, pp. 13-37

CRICHTLEY, S. *Infinitely demanding: Ethics of commitment, politics of resistance*. London: Verso, 2012 (2007)

FEENBERG, A. *The philosophy of praxis: Marx, Lukács and the Frankfurt School*. London/New York: Verso, Edição Kindle, 2014

FRIEDMANN, J. Life Space and Economic Space: Contradictions in Regional Development. In Dudley Seers and Kjell Ostrom, eds., *The Crises of European Regions*. London: Macmillan 1983; aqui citado in: *Life Space and Economic Space: Third World Planning in Perspective*. New York: Routledge, Edição do Kindle, 2017

HABERMAS, J. *Theorie des kommunikativen Handelns*. Frankfurt: Suhrkamp, 1981

HABERMAS, J. Sobre a crítica da teoria do significado. In. HABERMAS, J. *Pensamento pós-metafísico*. Estudos filosóficos. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990. p. 105-134.

⁵⁰ Vaneigem, 1967, cap. 25, tradução e grifos nossos; citado em Randolph, 2014, p. 47

HABERMAS, J. Direito e democracia. Entre facticidade e validade, Tomo I e II, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997 (original em alemão em 1991)

HILLIER, J. 'Agonizing over consensus: why Habermasian ideals cannot be 'real'. *Planning Theory*, vol. 2(1), 2003, 37-59

LEFEBVRE, H. *La producción de le espacio*. Madrid: Capitán Swing Livros S.L., 2013.

MATTILA, H. Habermas as an agonist? Communicative action and the ideals of agonist planning theory. In: *Proceedings in IV. World Planning Schools Congress*, Rio de Janeiro: UFRJ, 2016, p. 755-757. [Online] Available from: http://www.wpsc2016.com.br/pdf/WPSC2016_Proceedings.pdf [Accessed: 31st January 2018].

MELUCCI, A. The symbolic challenge of contemporary movements. *Social Research*, v. 52, n. 4, p. 788-816, winter 1985.

MOUFFE, C. *On the Political*. London: Routledge 2005.

OFFE, C. (1984) Dominação de classe e sistema político. In: Offe, C., *Problemas estruturais do Estado capitalista*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro (originalmente publicado em alemão em 1973).

PAPADOPOULOS, D.; STEPHENSON, N.; TSIANOS, V. *Escape Routes – Control and subversion in the twenty-first century*. London: Ann Arbor, MI: Pluto Press, 2008.

PURCELL, M. Resisting neoliberalisation: Communicative planning or counter-hegemonic movements? *Planning Theory* 8 (2), 2009: 140-165.

RANDOLPH, R. *O planejamento comunicativo é possível? Indagações sobre novas formas de articulação entre espaço, Estado e sociedade*. Trabalho apresentado no XIX Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, MG, 1995.

RANDOLPH, R. Subversão e planejamento como *práxis* – uma reflexão sobre uma aparente impossibilidade. In: LIMONAD, Ester; CASTRO, Edna (Org.). *Um novo planejamento para um novo Brasil?*. Rio de Janeiro: Letra Capital Editora, 2014. v. 1. p. 40-57.

RANDOLPH, R. A origem estrutural da subversão em sociedades capitalistas contemporâneas, suas práticas baseadas na vivência cotidiana e um novo paradigma de um contra-planejamento. In: Costa, G. M.; Costa, H. S. M.; Monte-Mór, R. L. M. (Org.). *Teorias e práticas urbanas. Condições para a sociedade urbana*. 1ª ed. Belo Horizonte: C/Arte, 2015a, v. 1, p. 103-127

RANDOLPH, R. Arenas de formulação de políticas regionais: uma proposição metodológica. *Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional*, v. 3, 2015b, p. 5-26.

RANDOLPH, R. Subverting the present, planning the future: Proposing a counter-planning. In: *Spaces of dialog for places of dignity*, Paper presented at AESOP Annual Congress, Lisbon; Portugal 2017 [Accessed: 31st January 2018]: <https://www.researchgate.net/>

publication/317314447_Subverting_the_Present_Planning_the_Future_Proposing_a_Counter-Planning)

RANDOLPH, R., FREY, K. Planning and governance: towards radical political approaches
In: ERAYDIN, A., FREY, K. (Eds.) *Governance, politics and planning* New York, London: Routledge, no prelo

SILVA, K. S. *A estética da existência como ética possível: Foucault e a reinvenção do sujeito*. João Pessoa: UFPB, Dissertação de Mestrado, 2011.

VANEIGEM, R. *The revolution of everyday life: the reversal of perspective*, 1967. Disponível em: <http://library.nothingness.org/articles/SI/en/pub_contents/5>. Acesso em: 07 mar. 2014.

ZIZEK, S. Resistance is surrender. *London Review of Books*, vol. 28, nº 22, nov. 2007, p. 7